

O sujeito imaculado na sociedade privatizada: psicanálise e política em torno de Totem e Tabu.

Paulo Endo*

Teresa Caldeira¹ chamou de democracia disjuntiva o fenômeno sócio político das últimas três décadas onde, sob o pano de fundo das conquistas democráticas, vimos a violência e o desrespeito à esses mesmo direitos civis, lavrados durante o período democrático, implodirem no Brasil.

Corpo incircunscrito, ela formulava: corpo desprotegido, lançado à própria sorte em meio à cidade. Nú e exposto. O mesmo argumento aparece em Angelina Peralva quando observa:

*“Surpreende no Brasil o descompasso existente entre a consciência nacional dos brasileiros e sua incapacidade manifesta em defenderem as regras do jogo coletivo em que estão engajados.”*²

Trata-se de assinalar o paradoxo de décadas de conquistas democráticas e institucionais, acompanhadas de altíssimo índice de desrespeito aos direitos civis em todos os níveis, cuja resultante é o que levou pesquisadores ligados à violência urbana a definir o Brasil como o não-estado de direito.³

As hipóteses finais e centrais do livro de Teresa Caldeira revelam uma prática violenta que ocorre no espaço público, cujo alvo e objeto é o corpo. O corpo desabilitado para as trocas materiais estabelecidas nos espaços públicos e, de algum modo, não reconhecido aí, enquanto partícula em trânsito na cidade, conformando e tecendo a totalidade da rede social e nossas representações do que é público e coletivo.

Tal corpo incircunscrito padeceria, portanto, da ausência dos dispositivos que operam na proteção material de seus contornos e que lhe possibilitam a livre circulação e

* Psicanalista, Professor Doutor do Instituto de Psicologia da USP, Pós-doutorado CEBRAP/CAPES (2004-2005).

¹ Caldeira, Teresa. Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Ed 34/Edusp, 2000

² Peralva, Angelina. Violência e democracia: o paradoxo brasileiro. São Paulo, Paz e Terra, 2000, p.23

³ Ver especialmente Pinheiro, P.S et alli. Democracia, violência e injustiça: o não estado de direito na América Latina, São Paulo, Pax e Terra, 2000.

ação pelos espaços da cidade. É um corpo sobre o qual não pousam os dispositivos que regulam a convivência coletiva numa sociedade democrática. Um corpo em permanente perigo.

Não se trata de um corpo lançado para fora da ordem política, para fora dos muros da cidade, mas conformado no próprio habitus da cidade violenta. Restringido e ameaçado pelos perigos urbanos que ora impedem, ora dificultam sua circulação. A retenção, a privação da mobilidade espacial dos corpos na cidade é o retrato mais eloqüente de uma cidade restringida ao exercício da política, que priva a circulação livre de seus cidadãos através dos espaços públicos e no convívio coletivo. Corpos encerrados, detidos, feridos e ameaçados evidenciam a fraqueza das liberdades instituídas na cidade necessárias, justamente, para que o espaço público dê amparo e potencialize o exercício da política, tal como Hannah Arendt gostava de observar acerca das cidades-estado gregas.⁴

Isso que oprime o cidadão em sua cidade, por efeito da suspensão de todos os direitos civis e democráticos, é o estado de exceção. Suspensão dos dispositivos democráticos por via da anulação, temporária ou permanente, espacial ou temporal, das liberdades próprias incorporadas aos direitos civis numa democracia.

O debate lançado por Agamben em 1995, influenciou essas discussões que acabo de ressaltar. Porém, devemos a ele o aprofundamento dos alicerces do estado de exceção cujas raízes se encontrariam no solo do funcionamento democrático. A exceção como lugar onde se figura um espaço onde toda lei, toda norma estão em suspensos em referência a esta mesma lei e ordem. Ou seja, a norma é suspensa para que sob determinados corpos (o corpo do homo sacer) incida o arbítrio como expressão pura e simples da vontade do soberano, ou dos micro-soberanos- como observou Terkessidis- onde se ressalta o parentesco confesso de Agamben à obra de Foucault, precisamente em suas elaborações sobre o biopoder.⁵

O corpo do homo sacer, o corpo incircunscrito, sobretudo o corpo dos homens, jovens, pobres, negros tornaram-se, nas grandes cidades brasileiras, as zonas materiais onde a pulsão de morte, como pulsão de destruição, é escoada. Esse processo, sinteticamente

⁴ Ver Arendt, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro, Forense-Universitária. Especialmente o capítulo II, intitulado As esferas públicas e privada. Ver também Coulanges, Fustel de. A Cidade Antiga. Texto diversas vezes citado por Hannah Arendt na condição humana em apoio a suas reflexões sobre a pólis grega.

⁵ Terkessidis, M. Na tormenta das sociedades modernas. A busca de um sentido, uma sociedade em estado de sítio. Artigo disponível no site www.cidadefutura.com.br/cepal-2002-05 [10/12/2002]

exposto aqui, se articula nesse ponto com o pensamento freudiano que nos ajudará a aprofundá-lo.

Primeiro em seus fundamentos, isto é, cotejando os textos *Homo Sacer* de Agamben e *Totem e Tabú* de Freud, é possível compreender que o fundamento que atravessa essa figura matável e insacriável do *homo sacer* é, teoricamente falando, a ambivalência. Agamben não deixará de notar isso grifando esse texto de Freud como sendo aquele onde “*uma genuína teoria geral da ambivalência vem à luz...*”⁶, ajudando a esclarecer que a hipótese Freudiana sobre o pai da horda é inteiramente compatível com a concepção de soberania que deriva do direito arcaico sendo, inclusive, seu fundamento.

Agamben sublinha o aparecimento, por várias vezes, da notação ambivalência do termo *sacer* na obra de Freud, ao mesmo tempo em que se aproxima muitíssimo da ambivalência, fundadora da política que, em Freud, principia com o assassinato do pai da horda. A preocupação de Freud, em todos os casos, é demonstrar a ambivalência presente nas palavras antigas que comportavam, de algum modo, a mesma propriedade encontrada nos sonhos: o descaso para com o princípio da contradição e dos contrários.

Em *Moisés e o monoteísmo*, porém, Freud associa a ambigüidade do termo *Sacer* (*sacro*)- *santo* e *maldito*- à figura egrégia do pai (*sagrada*) que é ao mesmo tempo detestável e maldita devido às penosas renúncias pulsionais que exige. O que fica evidente já em *Totem e Tabu* quando Freud comenta a propósito da horda fraterna: “*odiavam o pai que tão violentamente se opunha a sua necessidade de poder e a suas exigências sexuais, porém, ao mesmo tempo o amavam e admiravam...*”⁷

O que Agamben ajuda a evidenciar em Freud, se explicita mais claramente em dois aspectos: o primeiro diz respeito à herança que o assassinato do pai deixa na subjetividade dos filhos, que passam a ser então, cada um deles, *micro-soberanos*, segundo termo de *Terkesidis*. Isso quer dizer que essa norma, que é instituída entre os irmãos assassinos, essa lei, esse acordo entre irmãos que funda a sociedade, institui também o arbítrio e o preceito de que aqueles que mataram o soberano podem- por princípio- matar qualquer um.

⁶ Agamben, Giorgio(1995). *Homo Sacer : O poder soberano e a vida nua*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002, p.86.

⁷ Freud, S.(1913) *Totem e Tabu*. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*, Madrid, Biblioteca Nueva, 1981, T.II,p.1839

O segundo aspecto se refere ao fato de que essa lei, que institui o pacto entre irmãos é, por esse mesmo motivo, arbitrária. Zygmunt Bauman⁸ chama a atenção para a previsão de Freud quando compreendeu que a renúncia à sexualidade e à agressividade exigida pela civilização cobra, dessa mesma sociedade, um tributo.

Não teremos nenhuma dificuldade para reconhecer, na tradição do pensamento político moderno, o tributo que a sociedade deverá pagar por essa renúncia. Ela será alvo da violência. Exemplares são as exortações de Maquiavel a esse respeito quando se dirigindo a um futuro príncipe unificador de uma Itália partida observa: *“Note-se que os homens devem ser mimados ou exterminados, pois, se podem vingar-se de ofensas leves, das graves não conseguem fazê-lo. Dessa maneira a ofensa deve ser de tal ordem que não se tema a vingança.”*⁹

Trata-se de um autor republicano, onde já se evidencia a inequívocidade de uma república erigida à base de boas leis e boas armas. A razão do Estado idêntica à razão da sociedade, como em Hobbes, por exemplo, define-se como a razão representativa válida para todos e, tal como prometido pelo espírito republicano, geradora de bem-estar e satisfação da necessidade dos concidadãos, súditos e compatriotas. A consequência disso é sua contrapartida imediata: que todos se submetam, nos termos de Hobbes, à espada pública. A espada pública ancora o uso da violência legítima a obrigação ética do Estado em promover o bem de todos, ou ainda, no uso legítimo da violência como meio de promover o bem de todos em detrimento do interesse de alguns.¹⁰

Essa convivência fraterna entre as leis e as armas, entre o direito e a força permanecerá como pedra angular do pensamento político moderno que, desde Maquiavel até Marx, à exceção, talvez, de Rousseau¹¹, se estabeleceriam como a forma definitiva do poder.

Tal tradição será reinterpretada criticamente no esteio do pensamento político e social contemporâneo, notadamente Hannah Arendt, em sua já clássica discriminação entre

⁸ Bauman, Zygmunt(1997). O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar,1998

⁹ Maquiavel, Nicolau (1513). O Príncipe. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1999, p.43.

¹⁰ Hobbes,Thomas(1651). Leviatã ou Matéria, forma e poder de uma comunidade eclesiástica e civil. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

¹¹ Cf. Rousseau, Jean Jacques(1762). O Contrato Social.,São Paulo, Cultrix, s/d. Especialmente a discussão que Rousseau faz entre direito e força no livro I (p.24-29). Ver também Rousseau, Jean Jacques (1832) Discurso sobre a origem e a desigualdade entre os homens, especialmente a segunda parte.

poder, violência, força e vigor.¹² A violência, para Hannah Arendt é o sintoma do declínio do poder e não seu fundamento. Sua instrumentalização se deve a um uso, sempre abusivo e excessivo, do poder de representação conferido ao Estado que, no instante em que instrumentaliza a violência em seu próprio favor, privatiza o Estado e desiste do seu papel representativo. O uso da violência pelo Estado flagra, nesse sentido, uma pilhagem cometida a força contra a sociedade civil.

A norma se sustentaria sobre esse princípio arbitrário. Ocorre que seu verdadeiro e único árbitro passa a ser o Estado. Sob a forma Estado vê-se então restituída, segundo princípios muito semelhantes aos da tirania do pai da horda, a assimetria absoluta entre os filhos e o Pai. Voltamos então ao exercício da soberania, do caráter incerto e arbitrário das normas e do direito à desrespeitá-las. De novo Homo Sacer e Totem e Tabu.

Indo um pouco mais adiante nas conseqüências políticas desses textos.

Viver sob o regime da violência, do traumático não é outra coisa senão o direito (ou o aquém do direito) dos filhos a matar àquele que os tiraniza, de onde se institui novos ordenamentos para assegurar alguma pacificação entre os violentos, entre os assassinos.

O fundamental aqui é que a norma extraída do pacto edípico (fraterno), representada pelo Tabu do incesto e pela exogamia refaz, imperfeitamente, a estrutura tirânica onde a introjeção do pai morto implica num duplo recalque.

1)Recalque da autoria do assassinato do pai. O pai morto pelos filhos reincide como tirano a partir da culpa que ele enseja, toda vez que qualquer um dos irmãos ultrapassar a barreira das proibições, ultrapassar os tabus, as normas e leis. Aqui, sabemos, é Freud antecipando a segunda tópica. Lá ficará completamente esclarecido o aspecto tirânico da instância superego, cruelizadora do ego. Crueldade constituinte do psiquismo que insiste como mal-estar. Impossibilidade de viver sem a violência em si, impossibilidade de viver sem a pulsão de morte.

Nesse sentido o recalque da representação, que faz dos filhos assassinos, repousaria numa falha identitária útil que recoloca os irmãos em situação de aparente segurança mútua acordos e paz, porém sob a tensão do medo projetado sob o estranho. Esse outro

¹² Arendt, Hannah(1969). Sobre a violência.Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994

incompleto, insistente, defeituoso e, como tal, ameaçador. Tal situação instável só é possível a partir do esquecimento de que são os filhos os autores do linchamento paterno.

2)Recalque de desejos (sexuais) de vida e morte. O desejo de possuir as mulheres, fraternalmente divididas e reguladas através do tabu do incesto. O tabu aqui regulando as pulsões sexuais. Esse tabu é o que vem para interditar o desejo de matar o semelhante, por sua vez regulado por todas as versões do mandamento não matarás que apontam para a bondade do homem desconhecendo o princípio assassino que, desde então, não lhe oferece outra alternativa senão os pactos, acordos e contratos regulados por normas, regras e leis.

Desejos sexuais de vida e morte como instrumentos da tirania e obstáculos a ela. São os desejos sexuais monopolistas do tirano que fundam e mantém a tirania e são os desejos sexuais reprimidos dos irmãos que engendram a rebeldia contra ela. A ambivalência estaria então na base das proibições e desejos fundantes dos frágeis pactos grupais, coletivos e sociais, bem como fundamentando todas as formas transgressivas.

O sujeito imaculado, a cidade privatizada

Destacamos na obra de Agamben a ambivalência e seu corolário negativo, a dicotomia, como um problema de primeira ordem em suas reflexões. Do mesmo modo, aproveitamos o diálogo de Agamben com Freud para aprofundarmos a reflexão sobre ambivalência e política em Totem e Tabu. Terminaremos agora lançando algumas elaborações, ainda preliminares, que nos permitirão falar na imbricação essencial entre o sujeito imaculado e a cidade privatizada.

A cidade privatizada reflete uma distribuição espacial bastante específica. Ela é arranjada segundo um padrão que ordena ricos e pobres seguindo a segmentação mais elementar possível: ricos de um lado, pobres de outro.

A presença dos pobres nas ruas, nas áreas reservadas aos ricos reflete, precisamente, uma impropriedade. A princípio são tolerados, em seguida exterminados. O massacre recentes a moradores de rua no centro da cidade de São Paulo- há mais de um ano impune- não deixam dúvidas sobre isso. Mesmo que isso seja obra de grupos de extermínio envolvendo o narcotráfico, o comércio na região central, com a participação de policiais

militares e seguranças particulares locais, não devemos esquecer que as primeiras hipóteses que atribuíam os assassinatos a grupos de intolerância, que proliferam na cidade, demonstram que o extermínio como limpeza étnica, racial e social, como ‘solução estética’, como diria Bauman, já está institucionalizado e é amplamente tolerado por vários setores da sociedade.

São os mesmos que apóiam a pena de morte, as torturas e a ‘polícia dura’ que, em geral, representam não menos que um quarto da população paulistana. Temos portanto, um apoio a essas práticas da ordem de milhões de pessoas.

Lembremos, a esse propósito o artigo de Everett Hughes¹³ em torno do apoio da população alemã ao nazismo, publicado na década de sessenta e repensado em contexto brasileiro por Gilberto Velho.¹⁴ Trata-se da noção de ‘trabalho sujo’. O apoio maciço de populações inteiras às práticas eliminacionistas, forja uma dinâmica onde, com o apoio tácito à matança praticada nas penitenciárias, nos morros, nas periferias e agora no centro da cidade, fosse possível realizar, dicotomicamente, a purificação: os bons cidadãos protegidos por maus policiais exterminam os maus cidadãos – só possível com o recalque da autoria do assassinato do tirano, ação que tornou inevitável os acordos.

Realiza-se então por intermédio das mãos sujas dos executores desses crimes, a limpeza da cidade, a privatização do espaço público que ficaria livre dos estranhos. Mata-se, mas não com as próprias mãos. Nesse sentido o policial assassino seria o representante direto da sociedade civil, a parte suja que limpa a cidade para os puros e limpos.

A esse respeito, vale lembrar as declarações do então Secretário de Estado da Segurança Pública à época secretário do governo Montoro:

“Quando a gente permite que a Polícia Militar mate, há reação violenta dos que acham os direitos humanos desrespeitados e chegam a rezar missa pela alma dos marginais. Por outro lado a população reclama segurança e quer ROTA na rua para matar marginal. É isso que o povo pede aqui no meu gabinete diariamente. Eles vêm em delegações pedindo a ROTA, sabendo que ela vai matar. (...) Não é irônico?”¹⁵

¹³ Hughes, E.C. Good People and Dirty Work In: The Sociological Eye: Selected Papers on Institutions and Race-Aldine, Chicago, 1971, p.87-97.

¹⁴ Velho, Gilberto. O grupo e seus limites. In Revista USP, n.9, São Paulo, Edusp, 1991, p.23-26.

¹⁵ Entrevista concedida à Folha de São Paulo em 02 de julho de 1983.

A evolução das pesquisas e análises sobre as violências nas décadas de 80 e 90 exibe um aumento crescente tanto dos homicídios praticados por policiais com a arma na mão, quanto dos homicídios praticados por civis com armas de pequeno porte. A matança é geral. Acompanhamos, com apreensão, a especialização dos esquadrões da morte e grupos de extermínio que vem atuando no Brasil desde a década de sessenta¹⁶ e que, hoje, se espalham por quase todos os estados brasileiros atuando na proteção do interesse de grupos que buscam a partilha da cidade pretendendo fazer, a um só golpe, a limpeza da cidade e sua imediata privatização por grupos com interesses específicos. A cidade privatizada é a cidade higiênica.

Devemos levar as últimas conseqüências as observações de Bauman que, com Freud, observa que ‘a ambivalência, quando não é suportada é odiada’ o que significa, literalmente, que quando fracassam os mecanismos expulsivos, segregacionistas entram em jogo os eliminacionistas. Preço pago pela cidade pelo ‘esquecimento’ de que um assassinato coletivo deu início aos acordos instáveis que precisam ser permanentemente restaurados em sua ambivalência essencial. De novo Freud com Hobbes.

Paulo Endo

Professor Doutor da Universidade de São Paulo

e-mail: pauloendo@uol.com.br

Rua Ricardo Severo, 76

Perdizes-São Paulo-Capital

Cep: 05010-010

¹⁶ CF. Bicudo, Helio(1976). Meu depoimento sobre o esquadrão da morte. São Paulo, Martins Fontes, 2002